



Extensão como forma-ação

Extension as a form of action

La extensión como forma de educación

■ Prof^a, Dr^a, Paula Land Curi¹

e-mail: paulalandcuri@id.uff.br

Palavras-chave: Extensão Universitária. Formação. Políticas Públicas. Direitos.

Keywords: University Extension. Training. Public Policies.

Palabras-clave: Extensión universitaria. Capacitación. Políticas públicas. Derechos.

Resumo

Este artigo é um relato memorial de minha participação no Seminário Mulheres: Política, Ciência e Cultura (NEPP-DH/UFRJ), em 2023. Relata a história de um Programa Extensionista, surgido em 2020, a partir de projetos voltados aos direitos humanos, sexuais e reprodutivos das mulheres, sob a perspectiva de gênero e à luz das lutas feministas e de mulheres por políticas públicas, sem deixar de problematizar dilemas e dificuldades, especialmente em tempos de desmontes. Aborda a potência da Extensão Universitária, histórica e hierarquicamente desprivilegiada no tripé universitário, destacando-a como caminho profícuo à experiência formativa, através de ações dialogadas com mulheres em seus territórios e da prestação de serviço à comunidade. Com desdobramentos que são ético-políticos, mas também técnicos, circunscreve um fazer psicológico comprometido com as políticas públicas para as mulheres.

Abstract

This article is a memorial account in the "Women: Politics, Science, and Culture" Seminar (NEPP-DH/UFRJ) in 2023. It recounts the history of an Extension Program, launched in 2020, based on projects focused on women's human, sexual, and reproductive rights, from a gender perspective and considering feminist and women's struggles for public policies, while also addressing dilemmas and difficulties, especially in times of dismantling. It addresses the potential of University Extension, historically and hierarchically marginalized within the university triad, highlighting it as a fruitful path to educational experience through dialogic actions with women in their communities and community service. With implications that are both ethical-political and technical, it outlines a psychological practice committed to public policies for women.

¹ Professora Universidade Federal Fluminense. Doutora em Psicologia Clínica.

Introdução

A universidade e a sala de aula começaram a se parecer mais com uma prisão, um lugar de castigo e reclusão, e não de promessa e possibilidade. (Hooks, 2017, p. 13).

Em dezembro de 2023, tive o prazer de participar da mesa de abertura do Seminário *Mulheres: Política, Ciência e Cultura*, ocorrido no Auditório do NEPP-DH/UFRJ, apresentando o Programa Extensionista Mulherio: tecendo redes de resistência e cuidados, iniciado em 2020 e inscrito sob protocolo SIGPROJ n. 345455.1925.206051.07022020, também parceiro institucional do NEPP-DH e do Centro de Referência Suely Souza de Almeida. O meu intuito era bastante simples: apresentar o programa que coordeno, dando ênfase à potência da Extensão Universitária, por meio de suas parcerias interinstitucionais, para a formação da ação. Não estava exatamente interessada em discutir a formação universitária a partir de uma fala esvaziada sobre seu indissociável tripé formativo, mas em apresentar como a Extensão, histórica e hierarquicamente relegada ao lugar de “primo pobre” da tríade, pode se tornar um caminho profícuo para colocar em movimento a experiência formativa, transmutando-a em formas de ação.

Adjetivo a experiência extensionista como uma forma ativa de construção de conhecimento dialogado com as pessoas, em múltiplas parcerias, voltada ao enfrentamento crítico e transformador de nossa realidade. Trata-se de uma forma que busca ações sem formatações, ou mesmo deformações, visto que a universidade, ao se consolidar como lugar privilegiado de investigação e produção de conhecimento sobre a sociedade, acabou por revelar o quanto é “inadequada para o cumprimento de algumas de suas funções, ao reproduzir, em nome da própria ciência, a velha ordem hegemônica – no caso brasileiro, patriarcal, escravagista e cristã.” (Curi, 2021, p. 689).

O Mulherio faz uma defesa intransigente de uma formação enquanto forma(s)-de-ação, a qual, enquanto tal, não pode estar limitada à sala de aula, nem se esgotar, no nosso caso, no domínio de técnicas especializadas da psicologia. Enfatizamos nosso compromisso ético e político com a democracia e a cidadania das mulheres, conferindo prevalência à produção de conhecimento e a práticas dialogadas com elas, sempre pautadas pelo respeito ao sujeito humano e a seus direitos fundamentais – humanos, sexuais e reprodutivos.

Destaca-se que o Mulherio, assim como os projetos que o antecederam e lhe deram vida, sempre apostou no uso de metodologias educacionais e práticas pedagógicas centradas na práxis, na dialogicidade, na interdisciplinaridade, na problematização e criticidade. Visam ao questionamento da realidade social, das opressões e das estratégias coletivas necessárias à transformação social. Ou seja, sustenta uma abordagem transformadora e emancipatória, uma “Pedagogia Engajada”, bem como adjetiva Hooks (2017) em sua imersão em fontes freirianas.

Logo, nada mais relevante do que ir ao encontro de mulheres, em seus territórios, para escutar o que elas teriam a dizer. Nada como possibilitar encontros, por vezes desa-

fiadores, que dão voz àquelas que aprenderam a se calar, e que são capazes de desnudar os diversos sistemas e as suas lógicas de opressão. Mas, para os nossos projetos e, posteriormente, para o nosso programa, foi demandada uma escuta mais detida. Uma escuta clínica, mas que nem por isso desconsiderasse que o pessoal é político. Uma escuta que fosse capaz de acolher processos subjetivos que se engendram na cultura, no tempo, no território, e que não desconsiderasse as macroestruturas sociais e os seus efeitos de subjetivação.

Consequentemente, passamos não só a transpor os muros simbólicos que encastelam a universidade, mas também a contar com a presença de mulheres diversas e plurais na universidade para serem acolhidas e escutadas. Para isso, criamos um ambulatório clínico de atendimento às mulheres em situação de violência de gênero e/ou perinatalidade, o qual, ao longo dos anos, se configurou como campo de pesquisas de pós-graduação em Psicologia.

Com o objetivo de revisitar o que foi apresentado em 2023, esta escrita visa contar a história deste Programa, surgido em 2020, a partir de três projetos de extensão voltados aos direitos humanos, sexuais e reprodutivos das mulheres, sob a perspectiva de gênero e à luz das lutas feministas e de mulheres por políticas públicas, sem deixar de problematizar nossos dilemas e dificuldades, especialmente em tempos de desmonte.

(Re) escrevendo uma história

Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem do mundo, com o mundo e com os outros. Busca esperançosa também. (Freire, 1987, p. 58).

Para falar do Programa Extensionista, preciso retomar exatamente uma década atrás, ao ano de 2016, quando fui convidada a participar de uma mesa de debates organizada pelo Programa Institucional UFF Mulher para celebrar as conquistas das lutas feministas. Era março, e cada convidada apresentava, por meio de falas emocionadas, alguma conquista histórica das mulheres. A maioria delas, docentes feministas, optou por demarcar êxitos das lutas feministas. Hildete Pereira de Melo, por exemplo, realizou uma fala emocionada sobre a luta pela educação e pelo direito ao voto das mulheres no Brasil. Contudo, a minha foi na contramão das demais, pois insisti em chamar a atenção para a persistência das desigualdades de gênero² no nosso país e para a forma como elas se transmutam em violências que, inclusive, ceifam a vida de mulheres.

Diante de um pequeno texto intitulado *Por que também temos que falar de violência?!*, marcado por uma interrogação exclamativa, pretendia pautar as violências às quais as mulheres são expostas cotidianamente, enfatizando que nenhum lugar é seguro para as mulheres, nem mesmo – ou muito menos – sua casa ou a universidade³. Minha fala foi concisa

² Desigualdade de gênero: Efeito do poder concedido ao homem em uma sociedade patriarcal. Enquanto os homens gozam de diversos privilégios, as mulheres, subalternizadas, não têm os mesmos direitos, recursos e oportunidades.

³ A partir de 2023, surgiram, em nosso país, legislações que determinam a criação de políticas institucionais para o enfrentamento às violências de gênero no ambiente de trabalho do serviço público federal.

Artigo Article

e carregava um forte conteúdo pessoal: tanto minhas lembranças de infância, assistindo pela televisão às notícias do assassinato – hoje reconhecido como feminicídio⁴ – de Ângela Diniz, quanto referências à minha prática profissional como psicóloga em uma unidade de referência para atendimento às vítimas de violência sexual no município do Rio de Janeiro, entre os anos de 2002 e 2014.

Ingressei na UFF em 2014 e, no ano seguinte, passei a participar de forma sistemática das atividades do UFF Mulher, instigada por Luciana Bittencourt (PROEX/UFF). Até então, não havia coordenado nenhuma ação extensionista propriamente dita. Como recém-chegada e ainda sem muita clareza sobre por onde seguir, desconhecia os caminhos institucionais. Sentia-me observando os solos para identificar qual – ou quais – deveria arar. Talvez essa mesa tenha ratificado meu desejo de trabalhar com as violências de gênero e com o sofrimento advindo das opressões.

Algumas discentes do curso de graduação em Psicologia, que estagiavam sob minha supervisão no âmbito do Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP), estavam presentes nessa atividade e passaram a insistir para que eu elaborasse um projeto extensionista sobre as violências de gênero contra as mulheres, precipitando, em alguma medida, meu percurso no campo da extensão. Consequentemente, não tardou para que a palestra de 8 de março de 2016 se tornasse a base de um projeto extensionista, com o mesmo título, por mim coordenado.

O projeto *Por que também temos que falar de violência?! (GSI/PROEX/UFF)*⁵, de 2016, desenvolvia-se efetivamente nos territórios e com mulheres. Éramos poucas, mas buscávamos insistentemente brechas e pequenas entradas em distintos territórios do município de Niterói, plenamente convencidas de que: (a) era necessário dialogar com as mulheres; (b) sensibilizá-las quanto à naturalização das violências de gênero, em especial das violências sexuais; e (c) orientá-las acerca das políticas públicas disponíveis na cidade, que, à época, já contava, havia mais de duas décadas, com uma Coordenadoria dos Direitos das Mulheres (CODIM) e um Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM). Além disso, e não menos importante, o município conta com a presença expressiva do HUAP, unidade de referência para toda a Região Metropolitana II⁶ no atendimento às vítimas de violência sexual desde 2002. O cenário sempre foi promissor, uma vez que o município já dispunha de uma rede de atendimento robusta que, com o passar dos anos, inclusive, se ampliou. Contudo, isso jamais significou ausência de problemas ou gargalos, tampouco que as mulheres estivessem plenamente cientes de seus direitos, quicá da existência das políticas públicas de enfrentamento às violências de gênero.

Foram muitas idas a diversos territórios e, aos poucos, começamos a extrapolar os limites municipais, alcançando municípios contíguos, bem como a acessar adolescentes

⁴ Feminicídio: nome dado ao assassinato de uma mulher cometido em razão de gênero, ou seja, quando é morta pelo fato de ser mulher.

⁵ GSI é a sigla institucional/UFF para o Departamento de Psicologia, campus Niterói, que chancelou a execução do projeto no âmbito da Pró-reitora de Extensão (PROEX).

⁶ É a divisão regional do Estado do Rio de Janeiro, usada para planejamento e execução de políticas públicas, agrupando municípios como Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá, Tanguá, Rio Bonito e Silva Jardim, com foco na integração e gestão de serviços comuns para a população local.

por meio de instituições escolares. Imaginávamos estar cumprindo nossa incumbência, mas fomos percebendo que não. Começamos a “cutucar” mulheres para que falassem e, conseqüentemente, também a tocar feridas e a criar demandas por escuta. Assim, passamos a avaliar a necessidade de construir um outro braço dentro do projeto: o oferecimento de escuta psicológica para mulheres por meio da prestação de serviço à comunidade. Parecia-nos uma alternativa viável, inclusive porque o projeto era oriundo do Departamento de Psicologia da UFF e poderíamos dispor das instalações do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) para os atendimentos clínicos.

O atendimento passou, então, a ser oferecido a mulheres que “simplesmente” nos procuravam para narrar histórias pretéritas de violências e violações de direitos. Eram mulheres que apontavam a necessidade de “se tratarem”, tendo em vista as sequelas deixadas pelas relações estabelecidas com parceiros íntimos. Falavam da dor do amor e daquilo que havia sido amor-tecido em suas vidas. De modo concreto ou abstrato, relatavam incapacidades que, por vezes, resultavam de agressões físicas e, em outras, da dificuldade de perceber os ciclos de violência nos quais estavam imersas, bem como as repetições que insistiam em comparecer, fazendo-as transitar de um homem abusivo para outro.

Algumas mulheres chegavam adjetivando-se como doentes, portadoras de dependência emocional e munidas de um diagnóstico-resposta pronto: a melhor saída, para elas, seria não se envolver amorosamente com nenhum homem. Eram oriundas de grupos MADA⁷, que se tornaram bastante conhecidos em 2003, com a exibição da novela Mulheres Apaixonadas. Chamava-nos a atenção o modo como individualizavam a questão – o problema eram elas e delas. Aderiam aos “diagnósticos” recebidos, deixando de lado a estrutura patriarcal sob a qual vivemos e que nos subalterniza.

As idas aos territórios e o encontro com as mulheres alimentavam o ambulatório, que, por sua vez, também servia como espaço de formação ativa para as extensionistas, uma vez que a escuta dessas mulheres entrava em conflito com a forma banalizada com que as redes sociais e os chamados “maus⁸ feminismos” ditam narrativas. As discentes extensionistas se viam diante de dilemas – também enquanto mulheres – vivenciados por outras mulheres: a dificuldade, tanto objetiva quanto subjetiva, de romper vínculos afetivos, por mais violentos que fossem, e as diversas questões que advêm do rompimento de uma relação, desde a sobrevivência propriamente dita até as mais complexas disputas envolvendo bens e filhos. Esses atendimentos propiciavam a escuta sobre as rotas críticas⁹ que se impõem, sobre como as redes mais primárias podem se esgarçar, vulnerabilizando ainda mais as mulheres, e sobre como até mesmo as redes institucionalizadas pelas políticas públicas não são acessíveis a todas e acabam por perpetuar violências. Percebíamos, com elas, que havia alguns gargalos e muitos vazios para os quais deveríamos voltar nossa atenção, especialmente no que diz respeito às redes especializadas, interprofissionais e intersetoriais.

⁷ Sigla do grupo de apoio intitulado Mulheres que Amam Demais Anônimas.

⁸ Chamo maus feminismos aqueles que ditam regras sobre determinado modo de ser, sem considerar a posição relativa das mulheres na sociedade, em sua pluralidade.

⁹ Caminho árduo e complexo que as mulheres em situação de violência percorrem para buscar ajuda. Não é linear e envolve várias barreiras, que tendem a levar as mulheres a desistirem e ao adoecimento psicológico.

Artigo Article

Em nossos encontros territoriais, tendíamos a dar centralidade aos estupros – maritais ou perpetrados por estranhos, cruentos ou não – e, para isso, planejávamos rodas de conversa. Claro está que pretendíamos colocar em cena que o estupro¹⁰ é uma emergência médica, que necessita de cuidados imediatos em saúde, a exemplo da contracepção de emergência e da quimioprofilaxia para infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), incluindo o HIV. Contudo, nesses mesmos encontros, deparávamo-nos com uma naturalização do estupro, com a banalização dessa forma de violência, o que nos deixava sem quaisquer dúvidas quanto ao fato de que a Cultura do Estupro¹¹ não apenas forjou a nossa nação, como ainda está presente entre nós. Diante de nós, mulheres diziam que estupro não era um problema, pois “todas já tinham sido estupradas”¹², mas que havia outras questões que não compreendiam bem e que consideravam importantes de serem conversadas. Queriam falar de assistência e cuidados perinatais, em um tempo em que percebiam que algo, ainda não passível de nomeação, estava acontecendo na assistência oferecida. Não tinham qualquer noção de que nossos vizinhos, Venezuela e Argentina, tinham até criado leis para coibir a violência obstétrica¹³. Elas não falavam apenas das violências vividas durante o parto, falavam, mesmo que sem saber, da cultura cesarista vigente, e se indagavam como, historicamente, as mulheres foram perdendo o lugar de protagonistas no parto e foram sendo silenciadas – anestesiadas ou simplesmente caladas/violentadas. As mais velhas, que acompanhavam filhas e netas, que nasceram em casa, lembravam as parteiras conhecidas na região. Nessas conversas, o corpo da mulher ganhava destaque, e mais, o corpo na cultura: como corpo para a reprodução, sobre o qual incidem políticas de controle da reprodução social. Entretanto, a conversa não se encerrava sem que fosse colocada a questão da maternidade na vida das mulheres.

Em tempos do discurso “bela, recatada e do lar”, as mulheres, de modo geral, passaram a produzir conteúdo nas redes sociais afirmando que lugar de mulher é onde ela quiser. Que o lar não é o destino, se assim a mulher não quiser. Mas as mulheres com as quais conversávamos nos mostravam que a maternidade incide de uma forma decisiva em suas vidas, quer porque mães não podem estar e nem ser o que elas quiserem – nem mesmo mulheres –, especialmente quando se é pobre e sem rede de apoio, quer porque a maternidade é um atravessamento relevante ao que tange às violências. Elas afirmavam que a maternidade as tinha tornado ainda mais vulneráveis às violências domésticas e mesmo institucionais, pois percebiam fortemente a presença das hierarquias de gênero¹⁴ e das reprodutivas¹⁵.

¹⁰ Estupros: É uma das violações mais graves da dignidade humana. Pode ocorrer dentro das relações de afeto e mesmo casamentos. Quando acontece com menores de 14 anos, chama-se estupro de vulnerável.

¹¹ É um conceito sociológico utilizado para tratar como as violências sexuais em determinadas culturas são não só toleradas, mas normalizadas e até justificadas.

¹² Para saber mais sobre a experiência em campo, ver o artigo intitulado “Violência? Do quê?”: reflexões sobre a violência obstétrica a partir de uma ação extensionista (2017), publicado na Revista Experiência, da UFSM.

¹³ Violência obstétrica: Embora no Brasil ainda não tenha lei para tipificar a conduta, ela é caracterizada por abusos, maus-tratos ou negligência sofridos por mulheres durante a gestação, parto, pós-parto ou em situações de abortamento.

¹⁴ Hierarquia de gênero: Baseia-se no poder do homem/dominação masculina e na subalternização das mulheres.

¹⁵ Hierarquia reprodutiva: Demarca a presença de um sistema que valoriza e legitima certas formas de maternidade e

Escutá-las propiciou uma reviravolta no grupo. Mais uma vez, não tardou a proposição de um novo projeto extensionista, articulado ao anterior, visando então a promoção de cuidados e assistência humanizada às mulheres em perinatalidade¹⁶, com parcerias estabelecidas com maternidades da região. Todavia, não pudemos parar aí, pois o nosso dia a dia era cada vez mais marcado pelo espanto e pelo horror diante de tanto desconhecimento. Assim, vimo-nos diante da necessidade urgente de discutir o direito a se ter direitos e de apresentar as lutas que mulheres brasileiras que nos antecederam travaram para que, ao menos na letra constitucional, estivesse presente a tão sonhada igualdade. Muitas nem mesmo sabiam que existe uma Constituição vigente desde 1988, hoje fortemente atacada, que nos tornou cidadãs plenas de direitos. Apenas conseguiam dizer que estávamos em “outros tempos”, mas não compreendiam que “ter direitos” era muito mais do que poder fazer coisas aleatórias. Tratava-se de ascender à condição cidadã, ao menos formalmente, deixando de ocupar uma posição social de inferioridade e subordinação em relação aos homens. Mas o que isso queria dizer, efetivamente, no cotidiano de suas vidas?

Era muito interessante perceber que, se por um lado afirmavam que hoje todas as mulheres têm direitos, por outro, falavam apenas de suas violações. Além disso, “todas” não necessariamente quer dizer exatamente todas, pois há formas de hierarquização mesmo entre as mulheres, o que recai em um certo “depende de quem você é!”. Ou seja, sinalizavam, com palavras simples, como a interseccionalidade¹⁷ é uma ferramenta importante para análise das desigualdades de gênero.

Cientes de que as lutas das mulheres foram absolutamente necessárias, porém não suficientes¹⁸, decidimos trabalhar em três projetos articulados. No primeiro, *Por que também temos que falar de violência?!* mantivemos as nossas idas aos territórios visando orientar e acolher mulheres que, inclusive, demandavam atendimento psicológico; no projeto *Promoção de cuidados e assistência humanizadas às mulheres em perinatalidade* (GSI/PRO-EX/UFF), circunscrevemos o campo das violências e violações no âmbito gravídico-puerperal. Demos ênfase às violências obstétricas e sexuais. Estávamos preocupadas com as violências decorrentes das gravidezes indesejadas resultantes dos estupros e o desconhecimento acerca de direitos (não) reprodutivos – direito ao aborto legal¹⁹ –, além das estratégias misóginas presentes na assistência às mulheres estupradas que desejam abortar, que as levam às rotas clandestinas, por vezes inseguras e letais. Passamos também a oferecer atendimento psicológico a essas mulheres, em especial para aquelas que tinham o direito ao aborto legal negado nas próprias instituições que delas deveriam cuidar. E, diante

reprodução para algumas mulheres, enquanto desvaloriza, vigia ou pune outras.

¹⁶ O projeto foi intitulado: Promoção de cuidados e assistência humanizada às mulheres em perinatalidade.

¹⁷ Interseccionalidade: O termo foi cunhado por Kimberlé Crenshaw. Ferramenta teórica que mostra como diferentes formas de desigualdade não operam de forma isolada, mas se inter cruzam e interpenetram.

¹⁸ A Comissão Permanente de Equidade de Gênero da UFF, criada em 2022, em 2025 fez uma campanha que está disponível em sua página no Instagram (@cpeguff) intitulada Toda jornada de mulheres precisa de mais uma conquista.

¹⁹ Aborto Legal: Interrupção da gestação por razões prescritas no Código Penal, desde 1940, e pela decisão do STF, em 2012 (ADPF54). No Brasil é legal se fazer aborto quando: a) a gravidez é resultante de estupro; b) quando não há outro meio de salvar a vida da mulher; e, c) quando o feto possui anencefalia fetal.

Artigo Article

da necessidade de trabalharmos num viés explicitamente militante, abrimos a uma nova frente: o projeto *A luta pelo direito a se ter direitos e os enfrentamentos cotidianos das minorias* (GSI/PROEX/UFF). Este, diferentemente dos demais – que contavam com escuta psicológica –, servia como engrenagem para a promoção de movimentos coletivos de resistência. Tratava-se de um projeto que tinha como objetivo pautar, com as mulheres, as lutas travadas por aquelas que nos antecederam, mas também convidá-las a compor a resistência. Demonstrar que, se houve avanços, foi porque outras mulheres estiveram no campo de batalhas; contudo, tais avanços ainda eram insuficientes para que pudéssemos desfrutar de uma vida digna, livre de opressões, discriminações, violências e violações.

Não podemos esquecer que, durante os anos aqui abordados (2016–2019), o cenário político brasileiro não nos foi favorável. Pelo contrário. A primeira presidenta do país, Dilma Rousseff, sofreu um golpe de caráter misógino, em nome de Deus e da família (patriarcal, é claro!). Seu vice, Michel Temer, assumiu a presidência com falas que reproduziam papéis de gênero e, no âmbito das políticas públicas, extinguiu, com uma única canetada, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República. E, não parou por aí: criou-se um campo favorável à ascensão de uma extrema direita neoconservadora, que culminou com Jair Bolsonaro na presidência e com a nomeação de Damares Alves para chefiar o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Sinalizar esse momento, para explicar o que construímos neste período, é reafirmar nosso interesse em sermos resistência e campo de cuidados. Afinal, naquele contexto, iniciou-se uma verdadeira cruzada antifeminista e antiaborto, que segue, ainda hoje, produzindo impactos profundos na vida das mulheres – uma odisseia que não cessa. O cenário era pouco promissor, quase desalentador, mas decidimos não esmorecer. Resolvemos que deveríamos fazer algo que nos desse maior capilaridade e nos permitisse avançar; nesse sentido, optamos por transformar os projetos extensionistas articulados em um Programa Extensionista, que nos garantisse uma identidade mais consistente. Assim, em fevereiro de 2020, surgiu o *Programa Extensionista Mulherio: tecendo redes de resistência e cuidados*. Vivíamos um momento particularmente complexo de nossa história, mas sequer imaginávamos que as coisas ainda poderiam piorar!

Programa Extensionista Mulherio: tecendo redes de resistência e cuidados

O termo luta nos diz de um bom afeto, de algo que nos anima, inspira e instiga. Lutar é a ação do desejo que nos politiza. Luta é o nome próprio da ação política, ela mesma ação poética, no sentido de criação de uma obra (Tiburi, 2018, p. 53).

Era janeiro de 2020; já não éramos tão poucas e iniciamos o ano com a chegada de mais uma integrante: Paloma Lima Ramos Jashar, recém-aprovada em concurso para o cargo de Técnica em Assuntos Estudantis (TAE-psicóloga) e que, para nossa surpresa e alegria, institucionalmente se juntou a nós. Já não nos restavam dúvidas de que havíamos retrocedido no tempo e de que a nossa existência cidadã estava ameaçada. Para muitas de nós, mulheres brasileiras, compreendidas em suas diferenças e desigualdades, a chamada

“democracia em vertigem”²⁰ constituía um grande sinal de alerta – alerta este também apontado por Simone de Beauvoir ao refletir sobre o impacto das crises na vida das mulheres: “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos nunca são adquiridos. Você terá que permanecer vigilante durante toda a sua vida” (Beauvoir, s.d.). Embora frequentemente associada à obra *O Segundo Sexo*, a frase em questão possui origem controversa, sendo também relacionada a declarações da autora em entrevistas concedidas no início da década de 1970, possivelmente à revista *Marie Claire*. Esse período coincide com o engajamento político de Beauvoir na luta pela legalização do aborto na França, quando, em 1971, a filósofa assinou o Manifesto das 343, publicado no *Le Nouvel Observateur*, no qual 343 mulheres declararam publicamente ter realizado abortos ilegais, evidenciando o caráter historicamente instável e sempre contestável dos direitos das mulheres.

Precisávamos escolher um nome para o nosso Programa, considerando o momento vivido. Achamos pertinente criar uma identidade que marcasse a coletividade e, por isso, consideramos importante fazer emergir o termo *mulherio*, compreendido como um conjunto de mulheres e, ao mesmo tempo, como referência e reverência ao jornal feminista da década de 1980, *O Mulherio*. Esse jornal deu visibilidade à condição de invisibilidade da mulher brasileira, destacando diversas temáticas que circunscreviam sua condição no contexto de repressão imposto pelo regime militar, a partir das lentes feministas e de mulheres que se indignaram com o fenômeno histórico no qual metade da humanidade se viu, milenarmente, excluída das diferentes sociedades.

Sabíamos que, antes de *O Mulherio*, outros jornais, como *Nós Mulheres e Brasil Mulher*, também pautaram as reivindicações feministas e contribuíram para a conscientização das mulheres acerca de sua condição (Teles, 2017). Contudo, nossa escolha se deu por compreendermos a importância de resgatar esse termo, historicamente utilizado para degradar as mulheres, em tempos de “bela, recatada e do lar”. Entendíamos que fazer uso desse termo seria uma forma de resistir ao jogo de linguagem machista. Assim, decidimos: seríamos *Mulherio*! Um conjunto de mulheres diversas e plurais que se unem na busca por estratégias de tecitura de redes de resistência e cuidados, por acreditarmos que, nesse campo, ninguém solta a mão de ninguém. Decidimos lutar pela vida das mulheres e lembrar, a todo tempo, que o patriarcado é o sistema, a misoginia é a indicação de sua existência e os machismos são seus atos.

Nome dado, programa escrito, aprovado nas instâncias universitárias e registrado no SIGPROJ, estávamos prontas para começar tão logo passassem o carnaval e a nossa participação na segunda edição do bloco *Não é Não*²¹. Contudo, o início do período letivo foi abruptamente suspenso. Durou apenas uma semana. Primeiro, com a suspensão temporária das aulas por quinze dias; depois, por mais e mais tempo. Enfim, foram tantos dias que já nem sei mais precisar. A sensação era a de que o filhote recém-nascido tinha gran-

²⁰ Alusão ao documentário brasileiro de 2019, dirigido por Petra Costa.

²¹ O Bloco “Não é Não” de Niterói foi organizado pela Prefeitura e a CODIM, focado no combate ao assédio e violência sexual no Carnaval.

des chances de sucumbir, de “não vingar”, pois a pandemia de Covid-19, que até então estava do outro lado do mundo, aportou no Brasil e rapidamente se alastrou, ceifando milhares de vidas, inclusive em razão da irresponsabilidade governamental e da crise sanitária que se instalou. Para manter a vida, só havia um caminho: o afastamento social. Todavia, como fazer extensão sem a possibilidade de ocupar territórios e estar com mulheres?

Os primeiros meses da pandemia foram bastante estranhos, pois o crescimento das infecções e do número de mortes roubava-nos a atenção. O novo estilo de vida – em casa, isoladas, afastadas umas das outras – dificultava até mesmo o ato de pensar. Até que, bem devagarinho, vislumbramos a possibilidade de nos reinventar, de nos adaptar às novas ferramentas tecnológicas, iniciando nossos trabalhos nos “territórios virtuais”, ainda que não sem nos indagarmos sobre como poderíamos criar ambientes propícios diante desse (não) lugar oferecido pelo chamado mundo virtual. Indagávamos quais seriam as possibilidades de mergulhar, viajar no *cyberspace* e engendrar novas formas de existir e coexistir. Nessa direção, as *lives* mostraram-se caminhos possíveis.

A Hildete foi a primeira convidada a se juntar a nós, e nos contar a história do movimento feminista brasileiro ao longo de quatro décadas das quais ela foi e continua sendo personagem importante. “Essa conversa foi um regalo ao coração” (Melo, 2025, p. 15), escreveu no prefácio do *e-book* intitulado *Mulherio: memórias da pandemia*. Realmente, foi ela que nos fez experimentar, em meio a aridez e ao caos, alguma potência no que estávamos fazendo. E daí, foi. Durante todo o ano nos reunimos, todas as terças-feiras, com pessoas e instituições diversas visando colocar em movimento o Programa e a forma-ação de um grupo de discentes a ele vinculadas. As histórias contadas, posteriormente detalhadas no *e-book*, desnudam as desigualdades sociais e de gênero, as violações e violências, as tentativas de desmontes do SUS, além de pautar diversas temáticas caras ao feminismo brasileiro e de demonstrar o “lugar da extensão universitária, como produtor de potências, amarrações de redes e defesa das políticas públicas” (Latgé, 2021, p. 108).

Foi assim que o ano de 2020 ficou marcado em nossa história. Formalmente, o Programa nasceu, mas, junto com ele, um vírus – invisível, insidioso e letal – emergiu e ganhou notoriedade, escancarando aquilo que nós, mulheres, já sabíamos: as desigualdades sociais e de gênero fazem mal às mulheres e mantêm-nos, enquanto mulheres brasileiras, na condição de cidadãs de segunda categoria. Todavia, a partir de então, já não era possível à sociedade alegar desconhecimento sobre o impacto do machismo estrutural em nossas vidas. Tudo estava explicitamente exposto nas redes sociais.

Ninguém passa ileso a uma pandemia, muito menos as mulheres!

A actual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade [...] Sabemos que a pandemia não é cega e tem alvos privilegiados, mas mesmo assim cria-se com ela uma consciência de comunhão planetária, de algum modo democrática. (Santos, 2020, p. 5-6).

O cenário que se impôs não era exatamente novo, a despeito da pandemia, da descoberta do coronavírus e de sua doença correlata (Covid-19). Afinal, historicamente, o mundo já conviveu com outras pandemias, e nós convivemos, histórica e cotidianamente,

com as desigualdades de gênero, as violações de direitos e as violências contra meninas e mulheres. Contudo, o Mulherio resolveu buscar pistas, por meio da pesquisa intitulada *Mulherio no enfrentamento à pandemia de Covid-19: dirimindo o impacto das violências contra as mulheres e meninas*²², em outros momentos de crise na história, a fim de que estes pudessem nos auxiliar a prospectar seus efeitos na vida das mulheres e a buscar estratégias de intervenção. Nessa busca, verificamos ser consenso que situações de crise – guerras, endemias, pandemias – impactam diferentemente homens e mulheres.

Pesquisas apontam que, nesses momentos, as mulheres são ainda mais vulnerabilizadas, quer por conta da estratégia (bastante comum!) de retirada do financiamento da área da saúde da mulher, realocada para o combate à doença, quer pelo aumento exponencial do risco a sofrerem violências de gênero, pois as consequências das crises – desemprego, instabilidade financeira, angústias e sensação de perda de poder – podem afetar os marcadores de masculinidade e virilidade socialmente construídos. Por fim, não menos importante, as análises sobre o período pós-crise também evidenciam as desigualdades de gênero, visto que homens e mulheres se recompõem de forma bastante desigual. Em geral, são elas as mais afetadas pela crise financeira: demoram mais a retornar ao mercado de trabalho, acentuando-se, assim, a dependência em relação a seus companheiros, também agressores, o que dificulta as possibilidades de rompimento dos ciclos de violência.

Em 8 de março de 2021, um ano após o início da pandemia, a ONU-Brasil publicou uma reportagem intitulada “Dia Internacional da Mulher: 13 milhões de mulheres viram seus empregos desaparecer devido à pandemia na América Latina e no Caribe”, na qual apresentou como panorama a exacerbação das disparidades de gênero nos mercados de trabalho, os retrocessos e as novas lacunas decorrentes da pandemia, chamando atenção, ainda, para o agravamento das “tensões relacionadas à conciliação entre o trabalho para o mercado e as responsabilidades familiares” (Dia, 2021). Até a pandemia, falava-se muito pouco, socialmente, sobre as violências de gênero e as violações de direitos das mulheres. Não se tratava exatamente de um tema tabu, mas de um tema que não despertava interesse – algo que se sabe, mas não se quer saber. Contudo, com a pandemia, e com as mulheres não hesitando em tornar públicas suas vivências, escancarando o machismo estrutural, o Brasil deu-se conta de que vivíamos uma pandemia dentro de outra.

No âmbito da formação em Psicologia, dava-se o mesmo. As violências de gênero jamais foram temas relevantes, ficando a cargo de alguma docente introduzi-las, caso esse fosse de seu interesse. Contudo, tal como a vida, as aulas de graduação passaram a ser mediadas por tecnologias e, conseqüentemente, resoluções e orientações foram, aos poucos, servindo como guias e dialogando com aquilo que passou a ser amplamente publicizado.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), após algumas reuniões realizadas com a categoria voltadas à formação, disponibilizaram um documento orientador para práticas de estágio remotas em contexto

²² A UFF lançou uma chamada conjunta PROPPI E PROEX n. 01/2021, visando a seleção de projetos de pesquisa, ensino e extensão voltados para o enfrentamento da pandemia de COVID-19.

Artigo Article

de pandemia, em consonância com a Portaria MEC nº 343/2020, que autorizou a transposição de atividades presenciais nos cursos superiores para meios remotos, vetando, contudo, a realização de práticas, estágios e atividades laboratoriais de forma remota, mediadas por tecnologias. E a violência contra as mulheres (não escrita como violências de gênero contra mulheres) aparece neste documento, causando-me surpresa e espanto. Destacaram ser possível dar “continuidade de atendimentos psicoterápicos iniciados na condição presencial, com exceção de crianças e vítimas de violência e/ ou violação de direitos”²³ (CFP; ABEP, 2020, p. 37). Além disso, as instituições alegaram, no item nomeado “Algumas restrições a observar” (CFP; ABEP, 2020, p. 52), que naquilo que tange aos “atendidos que são vítimas ou suspeitos de estarem em situação de violência e/ou violação de direitos, não há como se ter garantias de sua segurança e do sigilo do atendimento, o que impossibilita as práticas remotas quando houver certeza ou suspeita de tais condições” (CFP; ABEP, 2020, p. 52).

Apesar de compreender a argumentação apresentada e, em certo sentido, corroborá-la, como nos posicionar diante disso? O fato é que mantivemos os atendimentos já iniciados e fechamos a porta (antes aberta) de entrada. Não aceitávamos mais mulheres por livre demanda. Contudo, uma questão reverberava: como não aceitar mulheres exatamente no momento em que elas mais precisavam? Quando estavam isoladas com seus agressores, quando os serviços de atendimento não foram considerados essenciais e, por alguns meses, mantiveram-se simplesmente fechados? Quando todos os serviços, após retorno de seu funcionamento, passaram a operar por meio de Whatsapp? Como assim?! Vimo-nos diante de um conflito ético que nos impunha uma única direção: seguir atuando pelas mulheres e nos reconstruir enquanto ambulatório. Assim, articulamos com o município de Niterói, em especial com o CEAM, um fluxo que culminou na inserção do Ambulatório do Mulherio como dispositivo de sua rede especializada, um serviço de atendimento referenciado. As mulheres, para acessarem o ambulatório, precisavam de um encaminhamento institucional.

Entendíamos, em alguma medida corroborando o Conselho Federal de Psicologia/ Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (2020), que a Psicologia, sozinha, “apenas” com atendimentos psicoterápicos, é, por definição, insuficiente para lidar com a complexidade imposta pelas violências de gênero em um país tão desigual e que necessitaríamos delas circunscritas a redes de cuidado e proteção. Essa inserção era urgente e seria uma forma de nos protegermos mutuamente. O fato é que, durante a pandemia, não perdemos nenhuma das mulheres atendidas, muito embora não possa afirmar que não tenha sido bastante complicado oferecer atendimento remoto a mulheres sem muitas condições concretas para realizá-lo – em casa, com companheiros, filhos, parentes diversos e trabalhos domésticos, sem, inclusive, compreender a noção de privacidade que, em determinadas classes, é tão cara. Sem lugar, sem tempo, sem rede de apoio e sem internet – por vezes controladas por milícias, adjetivadas como “internet de bairro”.

Já tínhamos alguma inserção nas políticas públicas do município, tanto que Thais

²³ Grifo feito pela autora.

Ferreira Rodrigues, cientista política, em seu trabalho de pós-doutorado, examinava se o Mulherio funcionava como burocratas de nível de rua, isto é, como agentes públicos que atuam na linha de frente, interagindo diretamente com os cidadãos para modular e implementar políticas. Contudo, iniciar a atuação como ambulatório especializado possibilitou-nos, de forma ainda mais efetiva, construir ações conjuntas²⁴ visando ao bem-estar das mulheres.

O que encontramos em nossas andanças e ações, durante os anos de pandemia e do chamado “novo normal”? Efetivamente, nada muito novo, mas tudo muito intensificado. Muitas temáticas foram trazidas por diversas mulheres, nos grupos, nas lives e em seus atendimentos individuais. Para começar, mulheres falavam de seus sofrimentos, atribuindo-lhes nomes oriundos de uma psiquiatria classificatória – ansiedade, depressão, TOC, bipolaridade etc. – disseminada na internet de forma tola e acrítica. Pode parecer uma crítica a elas, mas não. Faço aos psiquiatras e psicólogos que se prestam a “esquecer” a clínica em nome de se fazerem conhecidos em tempos de monetização de redes sociais. Para elas, parecia que ter um (auto)diagnóstico, um nome para o que sentiam, lhes dava algum tipo de contorno, assim como as autorizava a fazer uso prejudicial de psicotrópicos, a partir do que havia funcionado para alguma conhecida. Nitidamente, também, seus “excessos” ocorriam de forma distinta daquela com que descreviam os usos e abusos de seus companheiros, demarcando como o uso prejudicial de álcool e outras drogas, lícitas e ilícitas, é marcado pelo gênero. Não menos importante, e ainda no âmbito dos sofrimentos descritos, muitas mulheres relataram que a situação de pressão (depressão), vivenciada em razão das questões de gênero, incrementadas pelo aumento do trabalho de cuidado na e pela pandemia, levava às “ideações suicidas”, escutadas por nós em um amplo espectro, que vai de pensamentos vagos de querer morrer até planos detalhados e a intenção de agir.

Em relação à situação das mulheres que, durante a pandemia, estiveram grávidas, pariram e/ou se encontravam no puerpério imediato ou mesmo mais tardio, escutamos especialmente o medo de morrer. Esse medo não correspondia a fantasias grávidas fartamente descritas na literatura sobre Psicologia da Gravidez, mas sim ao medo real de morrer. Afinal, não só havíamos retrocedido décadas em relação aos números de mortes maternas, como também, embora pouco tenha se falado sobre isso, o Brasil foi o primeiro país no ranking mundial de mortes maternas por covid-19. Esses medos, além de reais, eram também alimentados pela dificuldade de acesso a consultas, quer de planejamento reprodutivo, quer de pré-natal, pois esses serviços chegaram a ser suspensos!

Foram as mulheres-mães pretas e pobres as que mais morreram por covid. Foram elas também que nos trouxeram, por meio de suas lentes, os impactos de decisões governamentais que mostravam o caráter racista e classista de nossa sociedade, circunscritas em normativas de controle de natalidade voltadas a determinadas mulheres. Proteção ou tutela? Falavam de violências obstétricas interseccionalizadas, destacando a questão

²⁴ O Mulherio realizou um seminário remoto, com apoio do poder público, intitulado Tecendo redes e transpondo desafios (2021), que resultou em um e-book com o mesmo nome (2022).

Artigo Article

racial, mas também o etarismo²⁵. Quanto mais jovens, maiores as possibilidades de vivenciar a violência obstétrica, sem sequer serem perguntadas se aquela gestação havia sido desejada ou planejada. Eram mulheres chamadas mães quando eram vítimas de algum homem, vítimas da instituição, mas também vítimas de um Estado patriarcal que toma as mulheres como corpos destinados à reprodução.

Nesse período, também explodiram os casos de estupro maritais e de violências sexuais contra meninas e adolescentes, ao mesmo tempo em que se perseguiram e se fechavam os poucos serviços de aborto legal do país. Até o acesso às formas clandestinas de abortar, relataram, havia se tornado mais difícil, o que as levava a práticas ainda mais inseguras e insalubres, contribuindo para o aumento do número de mortes maternas. As mulheres-mães também falavam sobre as intervenções policiais nas comunidades, que ceifaram e seguem ceifando as vidas de seus filhos... Interessante (e muito triste!) perceber como é difícil ser mãe em nosso país, mesmo quando os nossos filhos já cresceram.

No âmbito das violências de gênero, além dos estupro que resultaram em gestações, não faltaram outros relatos de violências sexuais. Se, nas redes sociais, escutávamos falar do aumento das comunicações de violência, nem sempre elas se convertiam em notificações nos sistemas de saúde e/ou de segurança pública. Escutamos sobre diversos tipos de violência – conhecidos e novos –, das agressões físicas às tentativas de feminicídio, relatadas pelas sobreviventes, passando pelas violências de gênero que ocorrem no *cyberspace*, nas *deep e dark web*.

A polarização política parecia incidir ainda mais sobre as violências de gênero, pois a virilidade e a dominação masculina passaram a ser ainda mais acentuadas entre grupos de direita. Elas também apresentaram um panorama negativo no que tange às políticas públicas propriamente ditas, marcadas por inúmeras rotas críticas. Mulheres falavam da ineficácia não apenas das políticas, mas do conjunto de serviços intersetoriais. Nem mesmo a justiça escapava a esse cenário, tornando-se, com o tempo, mais uma instância produtora de violências, por meio de inúmeros processos que elas próprias mal compreendiam: ora figuravam como vítimas, ora como algozes; ora em razão do que lhes havia ocorrido, ora por envolver filhos e bens em meio a conflitos e outras violências igualmente brutais. Diante das violências processuais, que as “enlouquecem”, diziam arrepender-se de ter recorrido à justiça ou mesmo de ter buscado ajuda, pois nada acontecia com eles, enquanto elas seguiam vivendo uma vida infernal. Ressaltavam ainda, não sem razão, como a ineficácia dos dispositivos de proteção as tornava mais vulneráveis. Enfim, são mulheres vitimizadas em todos os lugares e de múltiplas formas, que, sem um espaço seguro para serem mulheres – nem mesmo, e sobretudo, em suas próprias casas –, acabam sendo revitimizadas pelas diversas instituições que delas deveriam cuidar. A tríade gênero, raça e classe foi reiteradamente reforçada como indicador de que não há política pública para as mulheres que não esteja orientada por uma perspectiva interseccional.

²⁵ Etarismo: É a discriminação, o preconceito ou a estereotipação de pessoas com base na sua idade.

Considerações (sem) finais

Esperar sem esperança é a pior maldição que pode cair sobre um povo. A esperança não se inventa, constrói-se com alternativas à situação presente a partir de diagnósticos que habilitem os agentes sociais e políticos a serem convincentes no seu inconformismo e realistas nas alternativas que propõe. (Santos, 2013, p. 474).

Encerro este pequeno artigo tecendo breves considerações, cientes de que a nossa luta não se encerrará facilmente. As ações desenvolvidas pelo Mulherio nos evidenciam isso, ao mesmo tempo em que nos instigam a querer poder fazer mais e adentrar de modo mais efetivo na implementação e efetivação das políticas públicas.

Nos territórios e nos atendimentos clínicos oferecidos, vemos mulheres oprimidas, discriminadas, violentadas e violadas em seus direitos. Em casa, e em todas as instituições por onde passam. Inclusive, naquelas em que elas deveriam ser cuidadas - escutadas, assistidas, protegidas. Revitimizações são frequentes, violências institucionais e processuais constantes, riscos iminentes. A vulnerabilidade social não é condição, mas, seguramente, um agravante, que assujeita e subalterna ainda mais as mulheres.

Se outrora éramos um grupo e um ambulatório pequeno, hoje não mais. As parcerias interinstitucionais ampliaram não só as demandas para trabalhos voltados à prevenção, nos territórios, mas também o número de encaminhamentos feitos, nos últimos anos, mesmo atentas à necessidade de não se psicologizar processos e tutelar as mulheres. E, para isso, contamos com diversas alunas de graduação e pós-graduação em psicologia, assim como egressas que seguem sendo redes de resistência e cuidados para o atendimento de cerca de 70 mulheres/mês. Por isso, seguimos nessa árdua trajetória, que nos convoca a mantermo-nos sempre atentas às estratégias patriarcais, as quais insistem e se (re)atualizam a todo tempo.

Embora muitos pensem que nossa luta seja contra os homens ou que buscamos nos igualar a eles, é preciso reafirmar que não. Somos feministas, e isso significa compor um movimento “para acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão” (Hooks, 2018, p. 17), sustentando o desejo “por democracia radical voltada à luta por direitos daqueles que padecem sobre injustiças que foram armadas sistematicamente pelo patriarcado” (Tiburi, 2018, p. 12). E, enquanto grupo feminista – “a sororidade é poderosa” – seguimos firmes e fortes, reafirmando não só a urgência de se criar redes de resistência e cuidado, mas também a sua potência transformadora.

Nunca perdemos a esperança de criar coletivamente estratégias e meios para enfrentar os efeitos nefastos do patriarcado, que foram intensificados pela pandemia, e promover uma sociedade que se baseie na igualdade, na proteção dos direitos humanos, na cultura da paz e em uma vida sem violências para mulheres e meninas, mesmo cientes de que nossa luta não é fácil. Temos limites estruturais e formativos – a despeito de intentarmos uma psicologia engajada –, que funcionam como barreiras que nos atrapalham a instituir lógicas de cuidados que se pautem na autonomia e autodeterminação das mulheres, inclusive, nas políticas públicas desenhadas para elas.

Referências

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Práticas e estágios remotos em psicologia no contexto da pandemia de covid-19**: recomendações. Brasília: CFP, 2020. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/praticas-e-estagios-remotos-em-psicologia-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-recomendacoes/>. Acesso em: 30 ago. 2025.

CURI, Paula. Do silêncio que habita a formação aos bons ruídos na Extensão. In: Farias Filho, José Rodrigues et al. (Orgs) **Engajamento social**: contribuições para o ensino de graduação. Niterói: Eduff, 2021. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/29396?locale-attribute=pt_BR. Acesso em: 12 nov. 2025

DIA Internacional da Mulher: 13 milhões de mulheres viram seus empregos desaparecerem devido à pandemia na América Latina e no Caribe. **ONU Brasil**, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/115306-dia-internacional-da-mulher-13-milh%C3%B5es-de-mulheres-viram-seus-empregos-desaparecerem-devido>. Acesso em: 11 nov. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

HOOKS, B. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LATGÉ, Paula Kwamme. Mulherio na extensão da cidade. In: CURI, Paula Land; JASHAR, Paloma L. R. (Orgs.).

Mulherio: Memórias de Pandemia. Niterói: UFF, PROEX, Mulherio, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1NkdfEWl4WJ4lbj-gk9tNU6cuRXJgsstL/view>. Acesso em: 10 out. 2025.

MELO, Hildete Pereira. Prefácio. In: CURI, Paula Land; JASHAR, Paloma L. R. (Orgs.). Mulherio: Memórias de Pandemia. Niterói: UFF, PROEX, **Mulherio**, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1NkdfEWl4WJ4lbj-gk9tNU6cuRXJgsstL/view>. Acesso em: 10 out. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul**: Antologia essencial. Volume II. Para um pensamento alternativo de alternativas. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. Disponível em: <https://libreria.clacso.org/publicacion.php?p=1492&c=24>. Acesso em: 28 out. 2025.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 2018.

Como citar:

CURI, Paula Land. Extensão como forma-ação. Revista Metaxy, Rio de Janeiro, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, v.7, n. 7.1, p.9-25, 2026. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>